

A MISÉRIA OCULTA SOB O SAGRADO: A OUTRA FACE DO MAGISTÉRIO REVELADA PELA IMPRENSA MINEIRA NO PERÍODO DE 1930-1945. ¹

Ana Maria Casasanta Peixoto, PUC Minas, 2. História da profissão docente e das instituições escolares

Os anos 30 do século passado são marcados por um clima de efervescência, em todo o país, em torno da educação. Apesar disto, o governo mineiro adota, já nos primeiros anos do período revolucionário, uma política restritiva para o setor, que atinge fortemente o professor, através de medidas como: supressão de cargos; redução de salários; redução de oportunidades de formação inicial (fechamento das escolas normais de Viçosa (Dec.n.10867/33); Uberaba, Itabira e Campanha (Decreto -lei n 63/38) e, de Diamantina, Montes Claros e Curvelo (Dec.8.245/38); redução das oportunidades de formação continuada; redução de sua autonomia em sala de aula; ampliação da divisão de trabalho na escola.

A política de contensão, adotada pelo governo, entretanto, não indica um descaso em relação à escola. Pelo contrário, no conturbado período do pós 1930, diante das incertezas quanto aos destinos do país, das dificuldades de Minas em encontrar um espaço na nova ordem, dos problemas financeiros e da ameaça das camadas populares que migram para as cidades em busca de trabalho, o governo se mostra atento ao potencial civilizador da escola, e, por esta razão, faz da qualidade o eixo norteador da política do período. Do ponto de vista teórico, a ênfase na qualidade traduz a oferta ao aluno de um ensino sob medida, ou seja, individualizado, compatível com suas características e aptidões e com as necessidades do meio. Na prática, esse conceito traduz a garantia ao aluno de um ambiente cientificamente organizado, segundo os padrões recomendados pela Escola Nova, tendo em vista a aplicação dos métodos ativos.

A nova política tem inevitáveis conseqüências no discurso pedagógico do governo mineiro.

¹ Esta comunicação apresenta resultados parciais da pesquisa “O mito da era de ouro do magistério. Minas Gerais, período republicano”, financiada pelo CNPq, 2006.

Uma análise dos números publicados pela Revista do Ensino² durante a Era Vargas, revela a preocupação com a organização científica, conforme indicam os inúmeros artigos enfatizando a importância da ciência na organização do ambiente escolar. Esses elementos são apontados como pré-requisitos a uma escola de qualidade, entendida esta como uma “*escola sob medida*”, capaz de atender às necessidades biopsíquicas e sociais do aluno, no processo de aprendizagem. No que se refere ao professor, o discurso revela inúmeras ambigüidades. Ora, ele valoriza o professor e seu papel junto à sociedade, ora o chama de “*pobrezinho*”. O adjetivo pobre, ao se referir ao professor, é empregado em sentido pejorativo, colocando-o em situação de desprestígio. Muitas vezes, ele diz respeito às dificuldades enfrentadas na vida cotidiana, em função dos baixos salários e do reduzido poder aquisitivo. Em outras, traduz um sentimento de desprezo face à sua maneira de ser, ao possível despreparo para a docência. O texto *O velho mestre* (DUTRA, 1933, p.59) é exemplar nesse sentido. Nele o autor fala sobre a mestra Vitória: *Era uma pobre senhora, vinda não sei de onde, nem quando. Morreu logo depois que entrei para a escola.[...] morreu banalmente. Dela ficou apenas, na boca irreverente da molecada, uma espécie de epítáfio apressado e irreverente:*

Era uma mestra

Chamada Vitória

Foi para o buraco

Acabou-se a história. (DUTRA, 1933, p.63)

O discurso também enfatiza, às vezes, o papel do professor nos resultados da aprendizagem. Nesse sentido, Castro, ao analisar os resultados obtidos nas classes dos grupos escolares de Belo Horizonte, no período de 1935 a 1939, constata uma melhoria de rendimento, atribuindo-a à atuação das professoras que :

Cientes dos índices de aprovação esperados pela Secretaria da Educação e Saúde teriam se sentido estimulados no sentido de aproveitar melhor as capacidades dos alunos e de orientá – los convenientemente.(CASTRO, 1940, P.11).

Ao mesmo tempo em que transfere para o professor as responsabilidades em relação aos resultados da ação escolar, as práticas discursivas do período depositam no

² A **Revista do Ensino** é um dos principais veículos utilizados pelo governo mineiro para / na divulgação de seu discurso pedagógico. Periódico de grande circulação nas escolas neste período tinha entre seus objetivos a divulgação, entre os professores, das inovações no campo pedagógico.

especialista a chave do êxito no processo educativo: *Sem técnicos não há obra que se faça bem. É por não termos técnicos que nada temos direito em matéria de ensino no Brasil.*(TAVARES, 1933, p.10).

Em alguns momentos o discurso enfatiza a importância de sua formação, vendo-a como uma necessidade dos avanços das ciências pedagógicas:

A transformação efetuada exigiu e exige do professor novos e mais amplos conhecimentos, nova e mais sólida cultura. Na antiga escola, a questão era de simples disciplina e de autoridade. O bom mestre, dentro dessa concepção simples, seria aquele que melhor mantivesse o silêncio em sua classe. Não havia, portanto, necessidade de cultura especializada, porque a criança era elemento secundário na escola.(CASASANTA, 1933, p.25).

Mas, embora o conhecimento seja apontado como instrumento básico para o desempenho das atividades docentes, e seja visto como uma conquista resultante do esforço individual do professor ele não é considerado condição suficiente. O êxito no trabalho docente se traduz na consciência da importância do significado de sua função para o aluno e para a sociedade.

Somente o professor identificado com sua tarefa poderá empreendê-la com êxito. E para que com ela se identifique, é preciso compreendê-la bem nos seus fins para alcançar os meios de atingi-la e não apenas repetir o que as outras escolas fazem.(LAMBERT, 1933, p.40).

Nessa perspectiva, uma análise dos textos publicados pela Revista do Ensino aponta que, contraditoriamente, o discurso sobre/para o professor vai abandonando a preocupação com a sua formação chegando mesmo a relegar a um segundo plano o domínio dos conteúdos a serem ensinados. Desta forma, há um retorno ao discurso fundador da profissão, que vê o magistério como um ideal, um estado de espírito, um modo de vida, distinto dos demais.

O magistério é, antes de tudo uma postura que define a forma de atuação do professor em sala de aula. Por isso, na análise da “variável” professor, passam a merecer especial atenção aspectos relacionados à saúde, ao caráter, aos hábitos de vida. Entre as inúmeras publicações a esse respeito, citamos o artigo *O problema da inspeção e a Escola Nova* (CUNHA, 1931), uma síntese da obra do mesmo título, de autoria de Robert Dottrens, um dos expoentes da Escola Nova francesa. Nele, o autor aponta, com base em

resultados de pesquisas desenvolvidas por especialistas norte-americanos, como um dos fatores responsáveis pelo insucesso do professor no exercício de suas funções,

A ausência de uma finalidade única, ou seja, o professor tem muitos interesses; negócios de família, obrigações sociais, etc...Não está disposto a repartir com os outros os inúmeros encargos e tarefas suplementares da escola...Falta de estabilidade moral. Não é honesto consigo, nem com os outros. Não tem equilíbrio moral em diversas relações pessoais, na escola ou na sociedade. (CUNHA, 1931, p.65).

Ao enfatizar a importância do professor no processo ensino/aprendizagem, o discurso acaba por se deslocar para os aspectos relacionados à sua vida pessoal, relegando a segundo plano e até mesmo omitindo questões concernentes à formação para o exercício do magistério.

A ênfase nos aspectos pessoais termina por secundarizar pontos importantes relativos à profissionalização, como a oferta de escolas normais, salários, etc.

Esse discurso se torna cada vez mais forte com a implantação do Estado Novo. Como todo o regime de natureza autoritária, uma de suas marcas consiste em penetrar em todos os domínios da sociedade, a tudo envolvendo e controlando. Nesse contexto, a educação é encarada como um fator capaz de contribuir para a legitimação do novo regime e como um instrumento de difusão ideológica. E ocupa posição estratégica na solução da questão social e no combate à subversão. Sua importância nesse sentido faz com que ela se torne uma questão técnica, restrita a órgãos especializados. Assim sendo, o discurso sobre e para o professor já não se preocupa em estimular-lhe o desejo de aprender, em mostrar-lhe os benefícios que a ciência poderia trazer ao seu trabalho. O discurso oficial abandona assim, de vez, as preocupações com os aspectos relacionados a um estatuto para o exercício da profissão, reafirmando a visão do magistério como apostolado. Nele, a retribuição devida ao professor pelo seu trabalho não é de cunho material, pois como admite o interventor Benedito Valadares, *“Minas, entretanto, ainda não pode dar proventos mais equitativos a essas servidoras de seu progresso”* (VALADARES,1938,p.156)

A recompensa é o reconhecimento social do seu trabalho, é a satisfação do dever cumprido:

...Tudo isso explica a reunião de hoje, mestre Chico: queremos festejar convosco os cinquenta anos de serviços que prestastes ao Estado, sem ambição, mas com entusiasmo, sem fugir aos compromissos do cargo, com admirável fidelidade ao cumprimento do dever, sem o orgulho que, de ordinário devasta a alma dos homens”. (CASASANTA,1940,p.54)

O Estado Novo reforça um discurso sobre a profissão docente, que se encontra disseminado no imaginário social, num momento em que o professor se encontra fragilizado, em função da desqualificação profissional acarretada pela necessidade de um especialista na escola. A presença desse novo ator, nos educandários, é fonte de tensão, como indicam as falas do governo buscando minimizar sua ação fiscalizadora e acentuar seu caráter de colaboração. Entre essas manifestações, citamos os *Avisos* publicados no jornal *Minas Gerais*³, lembrando às orientadoras – técnicas a necessidade de agirem em harmonia com a direção e o corpo docente dos educandários, *visando obter maior eficiência nos seus trabalhos, cultivando sempre o maior espírito de cordialidade no grupo e promovendo com eles a associação e colaboração da cidade e da escola.* (MINAS GERAIS, 1932, p.11).⁴

A preocupação em subordinar a ação do indivíduo aos interesses maiores da coletividade, traduz uma certa postura face à educação, assim descrita por Arroyo:

Definida a instrução do povo como um ato de assistência, a competência profissional é secundária Para uma obra assistencial, o trabalhador mais adaptado é aquele que ama e está disposto a se doar pela nobre causa, o ensino do povo...quando não se dão condições materiais de trabalho ao profissional, apela-se ao amor.(ARROYO, 1985, p.66).

É o que ocorre em Minas, durante a Era Vargas. Nela o professor vivencia uma situação aparentemente contraditória, de desvalorização profissional e aparente valorização social. Trata-se de um processo gradativo, que tem seu ponto alto no Estado Novo.

Mas, uma vez que exercitais o ofício de Jesus, com a maestria quase milagrosa com que o fazeis, em nós se enraíza a convicção de que, ao termo do curso primário, já tereis conseguido legar aos pequenos brasileiros cabedal de valia, resistente a ações

³ O **Minas Gerais** é um jornal, de edição diária, com a finalidade de referendar e divulgar a atuação do governo, nos diferentes setores da vida pública. Além de atos oficiais, publica discursos, mensagens, artigos e reportagens.

⁴ Minas Gerais. Inspeção Geral de Instrução. **Aviso**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.41, no 24, 29 jan, 1932, p.11.

menos construtoras e, de outra parte, tereis sem dúvida, facilitado a tarefa de vossos continuadores no mister de educar.

É para esta campanha, pedir – vos sacrifício. Mas não vos tocam apenas sacrifícios e penúrias. Se, por vezes, a elementos sociais de suspeitos tons de civilização passam despercebidas – simples mestras primárias, tendes a glorificação íntima do dever cumprido com a alma e consciência, a satisfação sem par, de verificar que, aos poucos, os vossos antigos alunos estarão habilitados a dar soluções adequadas aos problemas cruciais do Brasil e a transformar em realidade as possibilidades que, de cada canto, vos sorriem. (VALLE, 1940, P.8).

Analisando o percurso da profissão docente em Portugal, Nóvoa (1977) encontra uma situação bem semelhante. Segundo o autor, no que se refere ao caso português:

A compreensão deste duplo paradoxo obriga a um duplo raciocínio. Por um lado o Estado exerce um controle autoritário dos professores, inviabilizando qualquer veleidade de autonomia profissional... Por outro lado, o investimento missionário (e ideológico) obriga o Estado a criar as condições de dignidade social que salvaguardem a imagem e o prestígio dos professores, nomeadamente junto das populações. A ambiguidade resolve – se através do reforço da carga simbólica da acção docente, no interior e no exterior da escola, por via de uma legitimidade delegada, que impede a emergência de um poder profissional autónomo.

Paralelamente, assiste – se à produção de uma retórica laudatória sobre os professores, que não se traduz numa melhoria da sua situação socioeconómica. (NÓVOA, 1997, p.18).

As reflexões de Nóvoa, ao destacar a carga simbólica que se atribui à profissão docente, como uma forma para se compensar ou camuflar as reais condições para o exercício do ato pedagógico, oferecem elementos importantes para se compreender a situação do magistério em Minas Gerais, durante o período do Estado Novo e ajudam a entender as dificuldades ainda hoje enfrentadas pelos professores (as) e suas entidades representativas na configuração de um estatuto da carreira docente no Estado.

Segundo Chartier, as idéias, as obras artísticas etc. não possuem um sentido intrínseco que é captado por seu criador. Como produto histórico, resultante da ação de múltiplos sujeitos, elas só adquirem sentido através da multiplicidade de interpretações que constroem suas significações (CHARTIER, 1989). O discurso do governo enfatizando o

caráter missionário do magistério foi apropriado pelos próprios professores que nele encontraram um refúgio para o “eu” ameaçado, uma certeza em meio à crise, que colocava em risco seu lugar social.

A perda de autoridade por parte do professor e o autoritarismo que marcam o período, dificultaram a emergência de outras visões de mundo e da profissão docente, fazendo dele um discurso hegemônico.

Estou a vê-lo ainda, modesto e simples, à testa da escola de vossa terra natal. Guardo com carinho na memória a lembrança dos dias felizes que passei a vosso lado, recebendo o influxo de vosso idealismo, aprimorando a minha cultura com a vossa experiência. E, como eu, outros recebem ainda de vós os mesmos exemplos de pertinácia no trabalho e de amor à nobre missão de educar. O vosso apostolado não sente a passagem do tempo, nem o peso dos anos...(LAMBERT, 1940, p.52).

Embora hegemônico esse discurso não teve força suficiente para sustar a emergência de outros discursos, contrários à política da qualidade. Entre esses destacamos as críticas direcionadas ao salário do professor. Essa questão volta e meia vem à tona. A *Folha de Minas* reclama contra os baixos salários pagos em Minas Gerais e o atraso constante nos pagamentos. No artigo *Sacrificadas professoras*⁵ o jornal compara os salários de Minas Gerais com os salários pagos no Espírito Santo:

*Os professores ganham lá 420\$000, 360\$000, 300\$000, 240\$000, conforme a categoria. Em Minas, os vencimentos são de 330\$000, 263\$000, 200\$000, 150\$000 e 100\$000... em Minas é o que se sabe: pouco e a más horas.*⁶

O mesmo jornal publica uma reportagem intitulada *Os vencimentos das professoras rurais*, segundo o texto, a matéria se originou de *várias reclamações que vínhamos recebendo diariamente, contra a falta de pagamento às professoras rurais nomeadas ultimamente*⁷. Procurando esclarecer o fato junto ao Secretário de Finanças, José Bernardino, a reportagem foi informada de que:

[...]uma lei, de dezembro de 1932, transferiu para os municípios os encargos com a manutenção das escolas rurais, à proporção de 5% da renda financeira anual.. Para a Secretaria da Educação e Saúde Pública, apenas os cargos previstos pelo orçamento

⁵ Sacrificadas professoras. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 29/9/1933, p.1.

⁶ _____ . _____ .p.1.

⁷ Os vencimentos das professoras rurais. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 29/9/1933,p.1.

devem ser pagos pelo Estado. Enquanto isto, ficam os professores sem vencimentos.⁸

Em 1934, entrevistado pelo *Estado de Minas* sobre um boato a respeito de um movimento de professores por aumento de salários, o Interventor declara: *Preocupa-me a situação do nosso professorado primário e verei o que é possível fazer, dentro das possibilidades do Estado*⁹.

Apesar dos protestos e das promessas do governo, a situação dos professores piora dia a dia. O *Estado de Minas*, em sua edição de 28/7/1937, publica uma matéria intitulada *Professoras públicas passando miséria - vencimentos em atraso – a luta desesperada contra a fome – uniformes remendados*. Trata-se de uma reportagem sobre a situação do professorado em Juiz de fora, um dos principais centros econômicos do Estado. Afirma o repórter: *Há professoras públicas em nossa cidade que sofrem privações incríveis, que lutam desesperadamente para não passarem fome*¹⁰.

Num primeiro momento, as críticas ao salário partem da imprensa, mas aos poucos as matérias passam a ser assinadas por professores, ligados à rede pública. Com exemplo nesse sentido, citamos o excerto a seguir publicado pela Professora Alaíde Lisboa de Oliveira, Presidente da Associação de Professoras Primárias, no jornal *O Diário*:

Uma professora, num período bonançoso para o magistério, trabalhava em uma escola rural e percebia 320\$000. De repente... uma revolução. E a professora passa da noite para o dia, ao ordenado de 160\$000. Resignada, continua a caminhar uma légua a pé, para ir levar um pouco de luz aos pequeninos. A escola rural passara à prefeitura. O Prefeito era inimigo político do pai da professora. Então, para forçá-la a deixar a cadeira, resolveu não lhe pagar o ordenado. O pai da professora achou que a filha devia continuar a trabalhar, até ver aonde ia o capricho do Sr. Prefeito. Depois de 20 meses de trabalho sem vencimento, a moça resolveu desistir. E aguardaram todos que um dia a política virasse, e recebesse a professora os atrasados.(LISBOA, 1945, p.8).

Em pleno Estado Novo (1942), a Associação realiza um movimento em torno do salário. De fato, o que se reivindicava era apenas a reposição do que havia sido retirado pela Revolução de 1930 e em 1932, quando o correu outra perda no valor de 100\$00, para

⁸ _____ . _____ .p.1.

⁹ As aspirações do professorado. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 7 /8/1934,p.1.

¹⁰ Professoras primárias passam miséria. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28/7/1937, p.4.

fazer face às despesas com a Revolução Constitucionalista. (MINAS GERAIS, 1942, p.3). A reposição, alardeada pelo governo como uma concessão, é vista pela presidente da entidade como inexpressiva. “*Vossa Excia., indaga ela ao Secretário, sabe quanto ganha uma professora? Se soubesse saberia que 20% sobre nada é nada.* Embora as conquistas tenham sido limitadas, apresentam um significado político muito importante. Trata-se do primeiro movimento reivindicatório deflagrado pelo magistério, enquanto grupo, de que se tem notícia no Estado e, apesar do autoritarismo do regime, teve força suficiente para provocar uma resposta positiva do governo.

Em 1945, a Associação dos Professores Primários volta a se mobilizar, pleiteando novos salários e a revisão nos critérios para acesso e promoção na carreira do magistério. A campanha é colocada em termos mais amplos, fundamentada na necessidade de se possibilitar melhores condições de vida ao professor. Na visão do jornal *O Diário*, dada a situação do magistério, estas medidas são mais importantes que as voltadas para o desenvolvimento profissional do professor:

A Associação de Professores Primários tem pensado no desenvolvimento cultural da professora, sempre tão desejosa de aperfeiçoar-se, tem mantido cursos de extensão cultural e tem oferecido às sócias oportunidades de ouvir bons conferencistas. Mas essas coisas são bem poucas, porque o que faz realmente necessário é melhorar o padrão de vida do professorado.[...] É triste confessar que a APP manda gêneros alimentícios a uma associada _ porque uma viúva, com quatro filhos menores, que cozinha, lava e passa, só com o ordenado de professora, não consegue dar de comer à sua família durante 30 dias do mês. Para que lembrar que a APP paga um barracão para uma velhinha aposentada? Que avia receitas destas e paga radiografia daquelas [...] quando isto não resolve os problemas da maioria [...] às vezes ouvimos contar que o almoço de tal professora é a sopa das crianças pobres no grupo.(OLIVEIRA, 1945, p.8).

O jornal, que não poupa manifestações a respeito da necessidade de qualificação e de melhores condições de trabalho para o professor, é taxativo em relação à urgência em se rever o seu salário: *Um professor entre nós é ridícula, quando não miseravelmente pago. Ganha menos que muitos titulares de posto inferior na Força Pública. A profissão de professor parece mais um biscate que um meio honroso de vida.*(Os pobres..., 1935, p. 2).

Os discursos acima citados mostram o retrato de uma profissão muito diferente daquele descrito pelas autoridades. Alguns ultrapassam o nível da denúncia e analisam

aspectos que revelam um profundo grau de consciência dos problemas vivenciados pelo professor. Damos como exemplo o artigo *A tragédia do pobre professor*, de autoria de Ayres da Mata Machado Filho. Tomando como ponto de partida a inegável importância do professor no processo educativo, afirma o autor: *Pouco*

valem reformas. Serão todas ineficazes, enquanto não se der ao professor remuneração condigna.(MACHADO FILHO,1944,p.3). Essa é uma consequência da posição nuclear que o professor ocupa no trabalho docente, pois a ele estão afetas, entre outras funções, a de selecionar conteúdos e articulá-los com os métodos. Atividades como essas fazem do professor um dos principais elementos de mediação entre o aluno e a cultura, exigindo dele além do conhecimento da matéria e do domínio dos métodos, uma visão mais ampla do processo educativo, que inclui a percepção da importância da cultura no processo de humanização do indivíduo: [...] *quer dizer que a culpa é do professor? É e não é sendo. Aí é que está a tragédia do pobre professor* (MACHADO FILHO, 1944, p.3). Com base nessas considerações, Machado Filho chama a atenção para a necessidade de se levar em conta as condições de trabalho do professor: *Competência não é execração do ser humano. Tirocínio não se aprende nem se adquire morrendo de trabalhar.*(MACHADO FILHO, 1944, p.3) Como desejar que o professor pare para refletir sobre o conteúdo que está transmitindo ou sobre as experiências dos alunos se não dispõe de *nem um minuto para estar em casa com a mulher e com os filhos? E essa garganta não descansa? Essa cabeça não arrebenta?*(MACHADO FILHO, 1944, p.3) Ora, é óbvio que se o professor fosse decentemente pago, não teria necessidade

[...] de esfalfar-se em aulas e mais aulas, nessa triste industrialização da saliva, calvário dos competentes e salvação dos eloquentes. Sobrar-lhe-ia tempo para freqüentar os livros, pondo-se a par dos progressos na ciência e nos métodos de ensino.(MACHADO FILHO, 1944, p.3)

O investimento no professor só traria benefícios à qualidade do ensino e, segundo o autor, não oneraria o patrão, pois, *a educação, aqui para nós, dá lucro até sem explorar os proletários intelectuais. Pagando bem o professor, sobe o nível das aulas, a mercadoria ganha em qualidade [...].* (MACHADO FILHO, 1944, p.3).

Esse discurso, tão longe do oficial, que tem no sacrifício a chave do sucesso do trabalho docente, revela a miséria oculta sob o discurso do sagrado. E, se de um lado, ele é um retrato sem retoque da situação do professor, de outro é uma evidência de que os problemas da profissão docente vêm de longe.

*O que passou não conta?/Indagarão as bocas desprovidas./Não deixa de
valer nunca/.O que passou ensina com/Sua garra e seu mel.(Thiago de Melo)*